



Educar é integrar à cidadania aqueles que não conhecem seus direitos e deveres, gente que conta apenas na estatística, como um exército de seres sem cabeça

Educação, a encruzilhada da cidadania

Salvo circunstanciais exceções, temos uma educação de boa qualidade técnico-pedagógica, mas ainda uma educação para o exercício de privilégios; educa-se o privilegiado para o círculo vicioso do usufruto

Enfim, uma unanimidade nacional, a Educação ganha o palco, vira prioridade em pronunciamento do presidente da República, transforma pedagogos em astros de televisão e ocupa endereço nas redes de comunicação via computador. Nas empresas submetidas às pressões de mercado, universo onde a qualificação permanente é a única alternativa contra a extinção, programas educativos substituem as velhas fórmulas do treinamento técnico e gerencial. Mas não se vê sinal de luz onde ela deveria ter sua fonte: a sala de aula.

Passemos ao largo da rede pública de ensino, embora seja certo dizer que da indignação nasce a luz, porque não é o caso aqui de se escarafunchar ainda mais essa chaga da nacionalidade. Vamos à escola privada, onde supostamente estão sendo preparados os futuros líderes da sociedade, aqueles que, podendo pagar, entram na competição com muitos metros de vantagem sobre a maioria. E o que temos? Salvo raras e circunstanciais exceções, temos uma educação de boa qualidade técnico-pedagógica, mas ainda uma educação para o exercício de privilégios. Educa-se o privilegiado para o círculo vicioso do usufruto.

Quem, onde, por que meios, vai resgatar a Educação dessa cadeia de perversidades? Os educadores, certamente, têm um papel central nessa tarefa, especialmente na identificação das carências e na formulação de projetos. Mas, assim como os tecnólogos, que numa sociedade complexa e muito desigual acabam criando suas próprias metas de conhecimento e até mesmo sua ética própria e muito particular, assim também os especialistas andam fechados em seus núcleos e de suas reflexões não se observam reflexos na vida real.

A quem cabe a ação efetiva de

transformar nossos sistemas educacionais, de modo que se atente, como alertava Max Weber, para a necessidade de se ensinar, para preservá-los, os ideais éticos e os valores que são a própria razão de ser da Educação? Weber, nessas ponderações sobre o predomínio da racionalidade formal nas relações de ensino e pesquisa, falava da universidade alemã no fim do século 19, por isso a citação. Não podemos ser, às vésperas do século 21, mais modestos do que Weber em suas reflexões sobre a Alemanha de cem anos atrás.

Weber ainda poderia lastrear argumentos contra a tentação de se convocar o Estado para a tarefa de resgate que se faz necessária, mas passemos ao largo dessa bobagem hipotética. O Estado brasileiro está falido economicamente e moral-

mente, e suas instituições carecem de autoridade.

Resta o cidadão e, por extensão, os nichos de organização social onde ele exerce seus direitos e obrigações. Esse deve ser o agente da mudança. O ministro da Cultura, Francisco Weffort, tem observado que à sombra das grandes instituições de ação cultural e pedagógica vicejam estruturas informais nas quais milhões de brasileiros encontram suporte psicológico e material para seu desenvolvimento. Ele cita especificamente os grêmios religiosos espalhados pelas igrejas pentecostais na periferia das grandes cidades, com suas escolas de música, de arte e de oratória sacra, e há muito mais por aí.

Nada pode ser descartado. Nenhuma instituição, nenhum espaço. Painéis de ônibus e trens de metrô são quadros-negros em potencial, vazios urbanos podem ser preenchidos com salas de convivência para práticas educacionais. Por que não oferecer às emissoras de rádio e TV a possibilidade de se isentar dos entendidos informes do governo em troca de espaço para programas mais edificantes?

E o que fazer com os talk shows que celebram a violência e elegem psicopatas? Esse verdadeiro lixo da mídia não estaria a merecer tratamento diferenciado neste cenário de liberdades negociadas em que se transformaram as concessões no setor de radiodifusão?

Se a Educação é prioridade, se não há recursos para democratizar as novas tecnologias e nelas embarcar informação de qualidade, é preciso usar todos os meios disponíveis. Se adolescentes de classe média conversam de seu computador com estudantes canadenses, e aos demais resta o rádio, pois que se dê ao pobre a alternativa de melhor conteúdo.

A imprensa, historicamente engajada em campanhas de civildade, deve abrir suas páginas não apenas para divulgar propostas e abrigar debates, mas, principalmente, precisa aprender um novo modo de processar a informação, de modo a agregar à notícia um valor didático.

O Brasil tem pressa, mas a urgên-

cia é má conselheira. Fale-se em civilidade, e se apresentam os lobistas de sempre a defender interesses corporativos. Os debates sobre ações conjuntas entre escola e empresa,

por exemplo, não podem continuar limitados a conveniências de currículo em função do mercado de trabalho. A tarefa da Educação exige um horizonte muito mais amplo. Trata-se de integrar à cidadania aqueles que não conhecem seus direitos e deveres, gente que conta apenas na estatística, como um exército de seres sem cabeça sempre

disponíveis para a dominação. Esta é a encruzilhada em que nos encontramos. Seremos um povo educado, ou não seremos uma nação.

(Luciano Martins Costa)

**APESAR DAS
INICIATIVAS,
NÃO SE VÊ LUZ
ONDE ELA
DEVERIA TER
SUA FONTE: A
SALA DE AULA**

**A IMPRENSA
DEVE APRENDER
NOVO MODO
DE INFORMAR,
AGREGANDO À
NOTÍCIA UM
VALOR DIDÁTICO**